

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202408/0959
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Outros
Orgão / Serviço:	Serviços Municipalizados de Peniche
Vínculo:	CTFP por tempo indeterminado
Regime:	Carreiras Especiais
Carreira:	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação
Categoria:	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação
Grau de Complexidade:	2
Remuneração:	1280,72
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	Funções de natureza essencialmente executiva, de aplicação de boas práticas, métodos e processos, com base em orientações e instruções estabelecidas, de grau médio de complexidade, na área de sistemas e tecnologias de informação. Participação em projetos de desenvolvimento, implementação ou evolução de sistemas e tecnologias de informação. Apoio à execução de atividades de gestão, administração, monitorização, manutenção, formação e apoio à utilização de sistemas e tecnologias de informação, garantindo o seu bom funcionamento e a segurança da informação tratada e armazenada por estes.

Requisitos de Admissão

	Nomeação definitiva
	Nomeação transitória, por tempo determinável
	Nomeação transitória, por tempo determinado
Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado
	CTFP a termo resolutivo certo
	CTFP a termo resolutivo incerto
	Sem Relação Jurídica de Emprego Público
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
	b) 18 anos de idade completos;
	c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
	d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
	e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	Deliberação do Conselho de Administração de 25 de julho de 2024
Habilitação Literária:	Cursos de Dupla Certificação (nível IV)
Descrição da Habilitação Literária:	Titularidade de um Curso de Nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações

Grupo Área Temática

Tecnologias

Sub-área Temática

Sistemas e Informática / Multimédia / Telecomunicações

Área Temática

Sistemas Informáticos

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Serviços Municipalizados de Peniche	1	Rua 13 de Infantaria, 19	Peniche	2520256 PENICHE	Leiria	Peniche

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: smaspeniche@cm-peniche.pt

Contacto: 262780050

Data Publicitação: 2024-08-23

Data Limite: 2024-09-06

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Diário Republica, nº163 - 23-08-2024

Texto Publicado em Jornal Oficial: 1.Nos termos do disposto no artigo 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014 de 20 de junho, na sua redação vigente, faz-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 25 de julho de 2024, encontra-se aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, para exercício de funções no Setor do Apoio Técnico, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal destes Serviços Municipalizados. 2.Para efeitos do disposto nos artigos 16º e 16º A do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de dezembro, na sua redação atual e do disposto no artigo 4º da Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro e artigo 34º da Lei nº25/2017, de 30 de maio, de acordo com o despacho do Secretário de Estado da Administração Local em 2014/07/17, "as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA) prevista naquela Portaria". 3.Caraterização do posto de trabalho conforme mapa de pessoal: Referencia A: Um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação: Funções de natureza essencialmente executiva, de aplicação de boas práticas, métodos e processos, com base em orientações e instruções estabelecidas, de grau médio de complexidade, na área de sistemas e tecnologias de informação. Participação em projetos de desenvolvimento, implementação ou evolução de sistemas e tecnologias de informação. Apoio à execução de atividades de gestão, administração, monitorização, manutenção, formação e apoio à utilização de sistemas e tecnologias de informação, garantindo o seu bom funcionamento e a segurança da informação tratada e armazenada por estes. 3.1. Nos termos do artigo 81º da LTFP, a descrição do conteúdo funcional não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e não impliquem desvalorização profissional. 4. Requisitos de admissão: Os candidatos deverão cumprir, rigorosa e cumulativamente, os requisitos até à data limite para apresentação de candidaturas, sob pena de exclusão: 4.1. Requisitos previstos no artigo 17º da LTFP: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional

ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 4.1.1. Na fase de candidatura, os candidatos são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos a que se refere o número anterior, desde que declarem, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles. 4.1.2. A entrega dos documentos comprovativos dos requisitos previstos no ponto 4.1, será apenas exigida no momento da assinatura do contrato de trabalho em funções públicas. 4.2 – Nível habilitacional exigido: Titularidade de um Curso de Nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações, nos termos do ponto 48 Informática da área 4 da CNAEF, nomeadamente: técnico informática. 4.2.1. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão apresentar documento comprovativo correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável. 4.2.2. Não é permitida a substituição da habilitação exigida por formação ou experiência profissional. 4.3. Não podem ser admitidos candidatos cumulativamente integrados na carreira, titulares da categoria e que executem a atividade caracterizadora dos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento e que, não se encontrando em mobilidade interna, exerçam funções no próprio órgão ou serviço. 5. Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o recrutamento com vista ao preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para constituição de reserva de recrutamento conforme previsto no nº6 do artigo 25º da Portaria nº233/2022 de 9 de setembro, pelo prazo máximo de 18 meses. 6. Local de trabalho: área do Município de Peniche 7. Determinação do posicionamento remuneratório: obedecerá ao disposto no artigo 38º da LTFP, sendo a posição de referência a 2ª da carreira e categoria de Técnico Sistemas e Tecnologias Informação a que corresponde o montante de 1.280,72€. 7.1. Os candidatos detentores de vínculo de emprego público devem informar previamente os SMAS da remuneração base, carreira e categoria que detêm na sua situação jurídico funcional de origem. 8. Formalização da candidatura: 8.1. A apresentação da candidatura é efetuada através de envio por via eletrónica para smaspeniche@cm-peniche.pt, dentro do prazo de candidatura definido no ponto 1. 8.2. As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo obrigatório, disponível em <https://www.cm-peniche.pt/servicos/procedimentos-concursais/indeterminados>. 8.3. A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: a) Currículo profissional detalhado, com indicação das funções que exerce e/ou exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida relacionada com a área funcional do posto de trabalho agora publicitado. b) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias. c) Sendo candidato com relação jurídica de emprego público previamente constituída, em situação de requalificação ou nas circunstâncias previstas no nº1 do artigo 66º do anexo à LTFP, deverá apresentar declaração, devidamente atualizada, emitida e autenticada pelo serviço de origem a que o candidato pertence/pertenceu, da qual conste, de forma inequívoca, a identificação da modalidade da relação jurídica de emprego público estabelecida, carreira e categoria de que seja /foi titular, do período de tempo dessa titularidade, da posição e nível remuneratório em que se encontre/encontrou posicionado, das competências e conteúdo funcional, caracterizadoras do posto de trabalho que ocupa/ocupou e bem assim o órgão ou serviço onde exerce/exerceu a atividade e a indicação da avaliação de desempenho dos últimos três períodos avaliativos- d). Os candidatos portadores de deficiência de grau igual ou superior a 60% deverão apresentar comprovativo da mesma; 8.4. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 8.5. Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve na sua candidatura ou currículo, a apresentação de documentos originais comprovativos das suas declarações. 9. Métodos de seleção: 9.1. De acordo com o disposto no artigo 36º da LTFP e artigo 17º da Portaria nº233/2022 de 9 de setembro, serão aplicados os seguintes métodos de seleção obrigatórios: Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica ou Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação das Competências, nos seguintes termos: a) Avaliação curricular e Entrevista de Avaliação de Competências a aplicar aos candidatos que se encontrem a cumprir ou a exercer atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho a ocupar, bem como os candidatos que se encontrem em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, desde que não tenham exercido por escrito, ao abrigo do nº3 do artigo 36 da LTFP, a opção pelos métodos referidos na alínea

seguinte; b) Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica a aplicar aos restantes candidatos. 9.2. Os candidatos referidos na alínea a) do ponto 9.1 podem afastar a aplicação dos métodos de seleção Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, devendo fazer expressamente essa opção por escrito no Formulário de Candidatura, caso em que se aplicará, os métodos, Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica. 9.3. Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que compoem, é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguintes. 9.4. A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício das funções. Esta prova terá a forma teórica e individual, numa só fase, tendo a duração máxima de 90 minutos. A prova de conhecimentos teórica e prática será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e versará sobre a legislação/temática abaixo descrita: Legislação recomendada para a realização da Prova de conhecimentos escrita: Lei Geral do trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº4/2015 de 7 de janeiro, na sua redação atual, Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço aprovado pelo Decreto-Lei nº65/2021 de 30 de julho, na sua redação atual. A prova escrita será constituída por questões de escolha múltipla e de desenvolvimento. Durante a realização da Prova de Conhecimentos, os candidatos poderão consultar os referidos conteúdos apenas em suporte de papel, não anotados. 9.5 A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, o seu percurso profissional, a relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtidas. Serão considerados e ponderados os seguintes fatores, classificados de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas: a) Habilitação Académica (HA) b) Formação Profissional (FP) c) Experiência Profissional (EP) d) Avaliação Desempenho (AD) O valor a atribuir na avaliação curricular, será encontrado através da seguinte fórmula: $AC = ((2HA + 3FP + 3EP + 2AD)) / 10$ Em que: HA – Habilitação Académica será adotado o seguinte critério: Habilitação académica de grau exigido à candidatura – 14 valores Habilitação académica de grau superior ao exigido à candidatura: Licenciatura pré-Bolonha ou Mestrado pós-Bolonha – 16 valores Mestrado pré-Bolonha ou Mestrado pós-Bolonha + pós-graduação – 18 valores Doutoramento ou equiparados..... – 20 valores FP – Formação Profissional - serão ponderadas as ações de formação e aperfeiçoamento profissional úteis para o exercício da função e cursos diretamente relacionados com a área funcional do lugar a prover, frequentadas nos últimos três anos e até à data de abertura do presente procedimento, de acordo com os seguintes critérios: > 600 horas 20 valores > 540 e = 600 horas 18 valores > 420 e = 540 horas 16 valores > 315 e = 420 horas 14 valores > 210 e = 315 horas 12 valores > 105 e = 210 horas 10 valores > 50 e = 105 horas 8 valores = 1 e = 50 horas 6 valores Sem Formação 0 valores No caso, da formação vir indicada em dias, cada dia corresponderá a um módulo de 7 horas; No caso, do número de horas de formação profissional não resultar em valor inteiro, deve-se considerar o valor arredondado para o número inteiro superior mais próximo. EP – Experiência Profissional – Incidirá na valorização do desempenho efetivo de funções na área para a qual é aberto o presente procedimento, de acordo com a aplicação do seguinte critério: > 15 anos 20 valores > 10 e = 15 anos 18 valores > 8 e = 10 anos 16 valores > 5 e = 8 anos 14 valores > 4 e = 5 anos 12 valores > 3 e = 4 anos 10 valores > 1 e = 3 anos 8 valores = 1 ano 5 valores Sem experiência 0 valores AD – Avaliação de Desempenho – Será considerada a média aritmética simples da avaliação relativa aos dois últimos anos, de acordo com os seguintes critérios: Lei nº 10/2004, de 22 de Março e Decreto Regulamentar nº 19-A/2004, de 14 de Maio: Excelente 20 valores Muito Bom 16 valores Bom

..... 12 valores Necessita de
Desenvolvimento 8 valores Insuficiente
..... 6 valores Lei nº 66-B/2007, de 28 de
Dezembro: Relevante 20 valores
Adequado..... 15 valores Inadequado .
..... 8 valores Caso se verifique a não existência
de avaliação, ou avaliação de acordo com outro diploma legal, será considerado
como Bom: 12 Valores. 9.6 A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)
visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente
relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da
função. As competências a avaliar na Entrevista de Avaliação de Competências
serão as seguintes: C1 = Competência 1 = Realização e orientação para
resultados C2 = Competência 2 = Conhecimentos e experiência C3 =
Competência 3 = Organização e método de trabalho C4 = Competência 4 =
Trabalho de equipa e cooperação C5 = Competência 5 = Orientação para a
segurança C6 = Competência 6 = Relacionamento interpessoal C7 =
Competência 7 = Responsabilidade e compromisso com o serviço Cada uma das
competências será avaliada da seguinte forma: Detém um nível elevado da
competência – 20 valores; Detém um nível bom da competência – 16 valores;
Detém um nível suficiente da competência – 12 valores; Detém um nível
reduzido da competência – 8 valores; Detém um nível insuficiente da
competência – 4 valores; A classificação da Entrevista de Avaliação de
Competências será obtida através da seguinte fórmula: $EAC = (C1 + C2 + C3 + C4 + C5 + C6 + C7) / 7$ O resultado da aplicação da fórmula supra descrita
será convertido nos seguintes níveis classificativos: Igual ou superior a 18
valores – nível Elevado; Igual ou superior a 14 valores e inferior a 18 valores –
nível Bom; Igual ou superior a 9,5 valores e inferior a 14 valores – nível
Suficiente; Igual ou superior a 6 valores e inferior a 9,5 valores – nível Reduzido;
Inferior a 6 valores – nível Insuficiente. Aos níveis classificativos de Elevado,
Bom, Suficiente, reduzido e Insuficiente correspondem, respetivamente, às
classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, para efeitos de classificação final da
Entrevista de Avaliação de Competências. 9.7 A Avaliação Psicológica (AP)
destina-se a avaliar aptidões, características de personalidade e/ou competências
comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de
competências previamente definido e que consta do Anexo 01 a esta ata, o qual
faz parte integrante da mesma, podendo comportar uma ou mais fases. A
Avaliação Psicológica será valorada da seguinte forma: Em cada fase intermédia
do método, através das menções classificativas de Apto e Não Apto; Na última
fase do método, para os candidatos que o tenham completado, através de níveis
classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, reduzido e Insuficiente, aos quais
correspondem respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. 16
valores – Revelou um bom interesse e motivação profissionais para o
desempenho da função; 20 valores – Revelou elevado interesse e motivação
profissionais para o desempenho da função. 10.A Valoração Final (VF) será
expressa pela média ponderada das classificações dos diversos métodos de
seleção, efetuada de acordo com a seguinte expressão: $VF = PC (60\%) + AP (40\%)$ Caso surjam candidatos que estejam a cumprir ou a executar a
atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em
causa, bem como candidatos em situação de requalificação que, imediatamente
antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, os
métodos de seleção consistirão em Avaliação Curricular (AC), Entrevista de
Avaliação de Competências (EAC) e Entrevista Profissional de Seleção todos
valorados de 0 a 20, com as seguintes ponderações: Avaliação Curricular – 60%
Entrevista de Avaliação de Competências – 40% A Valoração Final (VF) será
expressa pela média ponderada das classificações dos diversos métodos de
seleção, efetuada de acordo com a seguinte expressão: $VF = AC (60\%) + EAC (40\%)$ 11.As notificações dos candidatos nas diversas fases do procedimento
serão de acordo com o artigo 6º da Portaria nº233/2022 de 9 de setembro. 12.A
lista unitária de ordenação final, após homologação é afixada em local visível e
público das instalações dos SMAS e disponibilizada em <https://www.cm-peniche.pt/servicos/procedimentos-concursais/indeterminados> sendo ainda
publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com a informação sobre
a sua publicitação, nos termos do n.º 4, do artigo 25.º da Portaria.
13.Composição e identificação do Júri: Presidente – Samuel Dinis (Diretor-
Delegado) - 1º Vogal efetivo – Duarte Jorge (Técnico Superior) - 2º Vogal
efetivo– Margarida Marques (Técnica Superior) Vogais Suplentes: Marta Correia
– (Técnica Superior) e António Soares (Técnico Superior) O primeiro vogal
efetivo substitui o presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. 14.Para
efeitos de admissão ao procedimento concursal, os candidatos com deficiência,
devem anexar ao formulário de candidatura uma declaração que comprove o
respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência. 15.Em cumprimento da

alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade e empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: